

MAIS VALE TARDE DO QUE NUNCA A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE RAYMOND ARON E AS SUAS PERSPECTIVAS FACE AO SÉCULO XXI*

Bryan-Paul Frost

Seria genuinamente empolgante podermos afirmar que a teoria de Raymond Aron ou o seu entendimento das relações internacionais exerce – ou exerceu – uma influência tão ampla quanto geral nesta área disciplinar. *Malheureusement*, não é nem nunca assim foi, pelo menos nos meios eruditos anglo-americanos. É certo que a obra de Aron, *Paz e Guerra: Uma Teoria das Relações Internacionais*, aparece frequentemente em notas de rodapé onde é feito o elenco das obras clássicas do realismo. Para quaisquer fins e intentos, o comentário de John Hall acerca desse livro magistral mantém-se tão verdadeiro hoje como quando o escreveu há um quarto de século: «[...] suspeita-se que [*Paz e Guerra*] seja mais citado do que lido.»¹ Poder-se-iam apontar vários motivos para tal desatenção, mas terá sido Stanley Hoffmann quem melhor apreendeu o essencial ao comparar *Paz e Guerra* com uma obra que exerceu, e continua a exercer (quanto mais não seja pela negativa), uma enorme influência nesse campo.

«Um dos muitos motivos pelos quais a monumental *Paz e Guerra* de Raymond Aron – uma obra bem mais ambiciosa em termos de alcance e mais sofisticada em termos de análise do que *Política entre as Nações* – não suscitou uma reacção comparável junto dos leitores eruditos decorre certamente do facto das conclusões normativas de Aron serem mais judiciosas e modestas. O cepticismo humano induz nutos e suspiros, raramente rumor e furor, ora o ruído e a ira espicaçam a criatividade dos estudiosos.»²

Com vincada assiduidade, Aron evitou conclusões predeterminadas e precondicionadas; entendia que cada situação tinha de ser examinada em função dos seus termos próprios e na perspectiva dos detentores do poder, previamente a qualquer processo de avaliação concreta ou tomada de decisão. O mesmo se aplica à sua teoria ou entendimento das relações internacionais. Aron não explicou a totalidade da política internacional recorrendo a um conceito único como *power* – poder/potência – ou «configuração das forças», nem nunca foi apologista da revolução behaviorista ou positivista nas ciências sociais, no entanto tão em voga nos anos de 1950. Em vez de uma doutrina, Aron facultou aos seus

leitores um modo de pensar acerca do fenómeno político ou uma abordagem geral do mesmo, cujos traços assumem a forma de modestas expectativas, de vagas conclusões, e, na melhor das hipóteses, de casuísticas relações de causalidade. Mesmo quando se concorda com o facto de o procedimento sóbrio de Aron estar mais próximo da actual trama da política internacional do que das teorizações grandiosas, percebe-se facilmente a sua apetência para captar e aguçar a imaginação de futuros cientistas sociais³.

Embora quem estude Aron possa, com razão, lamentar o facto de ele ter tido um impacto assaz reduzido na teorização das relações internacionais no seu conjunto, não podemos deixar de nos perguntar se, ainda hoje, Aron não terá algum contributo significativo para nos dar nessa área. Afinal, Aron é, amiúde, considerado antes de mais e sobretudo um teórico da Guerra Fria: será ele a pessoa mais indicada para dar sentido a acontecimentos como o fundamentalismo islâmico, o terrorismo mundial, e a aparente importância das organizações transnacionais e dos tratados, para citar apenas algumas questões pertinentes? Com efeito, um eminente estudioso de Aron sustentaria, inadvertidamente, a avaliação anterior ao declarar que Aron terá ignorado um acontecimento no decurso da sua longa carreira: «[...] a revolução iraniana de 1979, que à luz de uma percepção tardia é tida como o ponto de partida da ascensão do fundamentalismo islâmico.»⁴ Como se o mundo na senda do 11 de Setembro fosse tão fundamentalmente diferente que Aron já não nos pudesse, hoje, fornecer qualquer orientação construtiva e concreta.

Não é a primeira vez que sentimentos destes são expressos, e é duvidoso que sejam os derradeiros. Na sua «Introdução» à obra de Aron *Paz e Guerra*, Daniel J. Mahoney e Brian C. Anderson relembram-nos, com propriedade, a plethora de prognósticos na sequência da queda do Muro de Berlim, e o número de estudiosos que então proclamaram a emergência de uma ordem mundial que, em virtude do seu carácter diametralmente distinto, tornaria obsoletas as antigas formas de pensar a política internacional. E acrescentam:

«As atrocidades do 11 de Setembro, a derrota dos taleban pelos Estados Unidos no Afeganistão, a iminência do conflito no Iraque, as rivalidades nacionalistas no seio da NATO, o malabarismo político entre a Índia e o Paquistão sob o espectro nuclear, o colapso do boom das firmas ligadas à Internet, e o aumento do proteccionismo económico – fazem com que o mundo tenha hoje traços distintos. A política regressou, vingativa, conferindo ao optimismo liberal dos anos 1990 uma feição ingénua.

Na sua qualidade de grande liberal francês, Raymond Aron não teria ficado espantado com a persistência obstinada da política.»⁵

Se Aron tivesse alguma vez suspeitado que o fim da Guerra Fria teria significado o fim da *power politics*, então porque haveríamos nós de duvidar que tenha algo de vital a dizer a respeito da política internacional subsequente ao 11 de Setembro? Será o terrorismo um fenómeno cuja abrangência não tem precedentes e requer uma teoria das relações internacionais radicalmente nova para o abarcar? Ou não será que o quadro conceptual

de Aron nos dá as melhores ferramentas para isolarmos as suas feições e apontarmos aquilo que o torna único? De facto, argumentaria que se os estudiosos tivessem dado mais atenção ao entendimento de Aron sobre as relações internacionais, um menor número deles teria sido surpreendido por ocorrências como a doutrina da preempção de George W. Bush, a impotência total da ONU face à invasão do Iraque, e a condenação veemente de ambos pela «velha» Europa, em geral, e pela França de Jacques Chirac, em particular⁶. O presente ensaio tem por objectivo demonstrar que Aron é um teórico que muito tem para nos ensinar – inclusive muito mais do que muitos estudiosos contemporâneos – e mostrar que, longe de ser deficiente, não será descabido pensar que o quadro teórico de Aron é, porventura, o melhor ponto de partida para conceptualizar a política internacional – e até a política *corrente* – de um modo tão amplo quanto possível. À medida que for desenvolvendo a minha argumentação em torno destes aspectos, esboçarei alguns dos traços distintivos com que Aron contribuiu para a teoria das relações internacionais e procurarei sugerir algumas pistas úteis que estudiosos poderiam aprofundar, contribuindo assim para valorizar o seu legado.

SE OS ESTUDIOSOS TIVESSEM DADO MAIS ATENÇÃO AO ENTENDIMENTO DE ARON SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, UM MENOR NÚMERO DELES TERIA SIDO SURPREENDIDO POR OCORRÊNCIAS COMO A DOCTRINA DA PREEMPÇÃO DE GEORGE W. BUSH, A IMPOTÊNCIA TOTAL DA ONU FACE À INVASÃO DO IRAQUE, E A CONDENAÇÃO VEEMENTE DE AMBOS PELA «VELHA» EUROPA.

A QUE SE OPUNHA ARON?

Quando se examina o contributo de Aron para a teoria das relações internacionais, talvez seja conveniente começar por articular brevemente aquilo a que Aron se opunha: quais os alertas que lança aos teóricos da prospectiva em relação às expectativas ou esperanças decorrentes da teoria?

Uma das principais advertências de Aron acerca da teoria das relações internacionais surge logo nas primeiras páginas de *Paz e Guerra*: «os limites do nosso conhecimento» (4/16). Os «limites» a que Aron se refere não são tanto a falta de dados ou de informação histórica (embora também aluda a isso), mas sobretudo os limites inerentes ao conhecimento teórico propriamente dito. Aron argumenta que nenhum Estado visa um único objectivo ou fim, e procura mostrar que em função disso (seja «interesse nacional» ou «poder e segurança») existem simplificações irremediavelmente tão vagas quanto distorcidas (16/28). Não significa que o esforço de conceptualização das relações internacionais seja inútil, bem pelo contrário, visto Aron se dedicar a mostrar que todas as unidades políticas devem estar cientes das alternativas entre a guerra e a paz, e que «o risco de guerra obriga [os estados] a aferir os meios e forças de que dispõem» (16/29). Mas as alternativas de guerra e paz não indicam nem podem indicar aos teóricos quais os objectivos específicos visados pelas unidades políticas, e, perante essa ausência, qualquer teórico fica bastante condicionado quanto à sua capacidade de dizer ou

predizer: «[...] à falta de uma só meta em termos de comportamento diplomático, a análise racional das relações internacionais não pode ser desenvolvida enquanto teoria inclusiva» (17/29). Estes comentários prévios, em jeito de aviso, atingem um crescendo no final do terceiro capítulo (o último dos três capítulos onde se articulam os seus conceitos teóricos fundamentais antes de passar a desenvolver um sistema diplomático, típico, nos capítulos 4-6). Aqui, Aron expõe amplamente a distinção entre comportamento económico e comportamento diplomático-estratégico, e, assim, esclarece porque o primeiro teve (e continuará a ter) muito mais «sucesso» quando se trata de teoria.

«Está claro, o *homo economicus* existe apenas na nossa reconstrução racional, mas a relação entre *homo economicus* e a questão económica concreta difere fundamentalmente da relação entre o *ideal-tipo diplomata* (definido pela procura da maximização de recursos, força, ou poder), e o diplomata histórico. Os dois “homens económicos” – um oriundo da teoria, o outro da prática – assemelham-se tanto quanto uma fotografia retocada dum retrato instantâneo. O *economicus* teórico é mais verdadeiro para si próprio do que o prático, dispõe de informação perfeita e não comete erros de cálculo. Porém, se cada um procura a maximização da mesma quantidade (rendimento monetário, produção, lucro a curto ou longo prazo), os cálculos perfeitos do primeiro ajudam-nos a perceber, e, por vezes, a emendar os cálculos imperfeitos do segundo. A teoria *diplomaticus*, que teria por finalidade maximizar recursos, forças correntes, ou poder, não corresponderia a um retrato idealizado dos diplomatas de todas as gerações, antes a uma caricatura simplificada de certas personagens diplomáticas em determinadas épocas.» (91/100)

E conclui o capítulo proferindo a seguinte observação:

«Se o comportamento diplomático nunca é apenas determinado pela relação de forças, se o poder não tem a mesma função na diplomacia que a utilidade na economia, então, poderemos concluir com toda a legitimidade que não existe uma teoria geral das relações internacionais comparável à teoria geral da economia. A teoria que aqui esboçamos tende a analisar o sentido do comportamento diplomático, para identificar as suas noções fundamentais, para especificar as variáveis que devem ser reavaliadas no intuito de se compreender qualquer plêiade. Contudo não sugere uma “diplomacia eterna”, não advoga a reconstrução de um sistema fechado.» (93; cf. 285/102; cf. 288)

Considerando estas limitações inerentes ao sistema, Aron adverte repetidamente os teóricos contra a tentação de transformar as relações internacionais numa ciência operacional ou previsível. E, no final de *Paz e Guerra*, envolve-se numa extensa análise da teoria dos jogos (767-787/751-770). Embora não negue a sua utilidade para ajudar a identificar alguns aspectos da conduta diplomático-estratégica, Aron realça que não é possível quantificar em termos matemáticos uma situação concreta, pois o número de jogadores

vai-se alterando, a direcção de acções possíveis é virtualmente infindável, o que está em causa muda no decurso de um conflito, a informação que permite aos líderes tomar decisões nunca é completa ou perfeita, e por aí em diante. Para além disso, a mera veiledade de quantificação matemática pode levar os teóricos a ignorar ou distorcer uma série de variáveis críticas cuja quantificação é notoriamente impossível ou difícil (como sejam, a glória, a justiça, o prestígio, ou a religião (48, 91/59, 100-101), mas quantas vezes decisivas para entender um determinado acontecimento. O que confere premência a essas críticas prende-se com o facto de Aron estar ciente de que, inevitavelmente, os diplomatas irão usar e serão influenciados pelo conhecimento teórico, e que esses modelos de inspiração ou orientação matemática poderão traduzir-se por políticas fruto de mal-entendidos ou indevidas orientações; os diplomatas podem ficar reféns de uma certa visão teórica, incapaz de entender as motivações genuínas dos aliados e inimigos, e de propor soluções inovadoras em tempos de crise. A teoria ou os modelos teóricos podem ser úteis para ajudar a esclarecer ou destacar o carácter único de um acontecimento particular ou de uma época histórica, mas nenhum teórico deveria ser arrastado pela perigosa ilusão do diplomata, segundo a qual o conhecimento teórico e a quantificação podem reduzir de forma drástica a incerteza, a ambiguidade, e o risco. Poder-se-á alegar que os teóricos que enveredam ou fomentam essas esperanças não só são teóricos medíocres como falham na sua responsabilidade cívica enquanto educadores políticos. «É catastrófico abordar os assuntos humanos num espírito de geometria.»⁷

Em suma, a obra de Aron serve para rememorar firmemente os limites da teoria nas relações internacionais – da necessidade de se tirar conclusões modestas, e de exercer a prudência. Mau grado as melhores intenções, os estudiosos das relações internacionais nunca descobrirão uma «grande teoria» que lhes permita predizer um comportamento diplomático-estratégico, e qualquer esforço nesse sentido é, em si, potencialmente irresponsável: não é a falta de conhecimento histórico que contraria os seus intentos, mas antes as limitações inerentes à própria teoria. Aron opunha-se claramente às tendências dominantes nas relações internacionais, o que explica, em parte, porque teve um impacto tão limitado no âmbito da ciência social anglo-americana⁸.

ARON OPUNHA-SE CLARAMENTE ÀS TENDÊNCIAS DOMINANTES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, O QUE EXPLICA, EM PARTE, PORQUE TEVE UM IMPACTO TÃO LIMITADO NO ÂMBITO DA CIÊNCIA SOCIAL ANGLO-AMERICANA.

A SINGULAR CONTRIBUIÇÃO MORAL DE ARON PARA A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

É bastante frequente classificar-se Aron como um realista clássico – o que faz sentido, até certo ponto⁹. Os seus escritos, em geral, e *Paz e Guerra*, em particular, evidenciam terminologia e conceitos habitualmente associados ao realismo clássico, como sejam a natureza anárquica da política internacional, o Estado enquanto actor principal, a guerra

como característica distintiva das relações entre estados, e a configuração da relação de forças. Mas se em certa medida Aron pode ser descrito como um realista, convém ainda realçar com idêntico vigor e validade as importantes diferenças que o distinguem dessa corrente de pensamento, em especial tendo em conta o enorme peso que atribui às preocupações de ordem moral. Não será exagerado referir que o entendimento teórico de Aron constitui uma tentativa (em parte) de resgatar a moralidade ou as preocupações morais e de voltar a colocá-las nas mãos dos teóricos – não no sentido de uma doutrina ou curso de acção (tal como um «idealista» típico desejaria) mas como um leque de conceitos vitais para compreender correctamente a política internacional.

Apesar disso ser frequentemente descurado, vale a pena notar como Aron identifica e descreve o «foco adequado do interesse» ou a característica específica das relações internacionais: «[...] ocorrem na sombra da guerra, ou, para recorrer a uma expressão mais rigorosa, as relações entre Estados envolvem, na sua essência, as alternativas da guerra e da paz» (4-6/16-18). Mas quando reformula esta definição algumas páginas mais à frente, salienta o facto de essas alternativas muitas vezes (senão sempre) envolverem uma pretensão de justiça: as relações internacionais tratam das «relações entre unidades políticas, em que cada uma delas reclama o direito de tomar as rédeas da justiça e de ter o arbítrio exclusivo quanto à decisão de combater ou não» (8/20). Os estados sempre entenderam que dispunham do direito legítimo de recorrer à força caso a isso se sentissem compelidos ou a isso fossem obrigados, e juristas clássicos como Grócio e Vattel contribuíram para essa avaliação. Claro está, o facto de estados alegarem que accionam um uso da força justo e adequado não garante de modo algum que assim seja; em todo o caso, talvez até numa época mais recente, nenhum Estado que acreditasse que lhe era vetada a justiça foi impelido a «suportar» essa situação «indefinidamente», e nenhum Estado acreditava ser necessário receber autorização moral ou jurídica por parte de uma entidade terceira para fazer uso da força, fosse ela uma instituição religiosa ou um tribunal internacional (III-124/119-132). Em suma, as guerras entre unidades políticas não se podem explicar por, nem ser reduzidas a, meras questões de interesse próprio ou de acumulação de poder porque os seres humanos que representam as suas unidades políticas nem sempre agem desse modo, e, portanto, um teórico deve reconhecer e ponderar os argumentos morais que os intervenientes apresentam para justificar as suas acções.

A subtil apreciação que Aron faz das dimensões morais da política internacional vai ecoando ao longo de *Paz e Guerra*, em especial quando examina os objectivos e fins visados pelos estados. A um nível mais geral de abstracção ou conceptualização, argumenta que os estados perseguem três objectivos históricos: a segurança (quer aumentando a sua própria força, quer enfraquecendo a do seu rival); o poder (a capacidade de impor a vontade própria sobre a de outrem); e a glória (ser reconhecido pelos outros de uma determinada maneira ou em virtude de uma determinada qualidade). Aron distingue habilmente esses três objectivos uns dos outros (chamando ao primeiro objectivo «mate-

rial» e aos outros dois objectivos «morais»), fazendo assim o contraponto entre três famosos estadistas franceses.

«Clemenceau procurava a *segurança*, Napoleão o *poder*, Luís XIV a *glória* da França... Em 1918, qualquer chefe de Estado racional teria proposto semelhante objectivo: poupar a França da recorrência de uma guerra tão cruel como aquela que uma imensa aliança tinha encaminhado para um desfecho favorável. Napoleão, pelo menos a partir de determinada altura, sonhava poder comandar a Europa: não se contentava com a honra de ser celebrado universalmente como o grande dirigente da guerra... Era ambicioso em termos de realidade, não de aparências, e sabia que a prazo nenhum Estado manda noutros sem possuir os meios de os constringer. Luís XIV gostava provavelmente tanto da glória quanto do poder. Pretendia ser reconhecido como o monarca dos monarcas... Não concebeu uma França desproporcionadamente alargada, dotada de recursos superiores aos dos seus rivais aliados. Sonhava com a eventualidade dos nomes de Luís XIV e da França serem transfigurados pela admiração das nações.» (73-74/84)

À medida que o capítulo prossegue, Aron vai voltando a categorizar esses objectivos e a aprofundar a análise que deles faz. A série composta pelas três variáveis segurança, poder e glória poderia também ser reformulada em termos de espaço (conquistar mais território), homens (conquistar mais súbditos), e almas (converter outros a uma ideia política, social, ou religiosa), ou ainda em termos de corpo (acumular objectivos materiais como espaço ou recursos ou forças), coração (satisfazer o amor próprio de um Estado fazendo-o prevalecer sobre o dos seus adversários), e espírito (disseminar uma ideia segundo a qual o Estado representa uma encarnação ímpar). Aron resume de forma pungente e sucinta a sua apreciação da diversidade das motivações e objectivos humanos muito mais adiante no seu livro:

«Os estados, tal como os indivíduos, desejam não só vida como honra, não só segurança como dignidade. Preferem frequentemente o perigo na autonomia à paz sob a protecção de um poder mais forte. São eles “irracionais”? Seria o capitão que se afundou com o seu navio irracional? Se assim é, esperemos que a humanidade nunca deixe de ser irracional!» (629/615)

O reconhecimento das dinâmicas da moralidade por Aron enriquece a sua análise teórica de diversos modos. Leva a sério o facto de ter havido (e de vir a haver) indivíduos e estados que pensam seriamente na sua missão religiosa ou ideológica ou civilizadora, e que estão dispostos a ir até um ponto jamais imaginado para verem os seus objectivos realizar-se. Por outras palavras, Aron não se deixa enredar pelo cinismo ubíquo daqueles que apregoam a todos os ventos magnas profissões de fé ou de ideologia que não passam de «uma camuflagem em prol do imperialismo». Deve-se sempre começar pelo

ponto de vista dos actores envolvidos, mesmo, e especialmente, quando esses indivíduos formulam reivindicações e exigências moralmente rígidas. Agir diversamente seria não entender – e talvez fatalmente – as motivações e o propósito último de um adversário, apresentando apenas uma desculpa hipócrita para aquilo que é assumidamente nuclear. Ora é sobretudo isso que os líderes políticos devem evitar. Aliás, Aron verifica que as guerras travadas em nome da glória ou de ideias (sejam elas religiosas ou ideológicas) são frequentemente as mais «inumanas» e «impiedosas»; o raciocínio teórico não deve depreciar ou distorcer o elemento moral em política justamente porque, nesse contexto,

ARON PODE SER CONSIDERADO UM REALISTA, MAS UM REALISTA CUJA FORMAÇÃO E TEMPERAMENTO FILOSÓFICOS LHE CONFERIAM SABEDORIA QUANTO AO SIGNIFICADO DA DIMENSÃO MORAL DA POLÍTICA.

qualquer erro de cálculo pode ter um custo elevado (75-76/85-86)¹⁰. Declaradamente, a riqueza e o pormenor da análise de Aron, aqui e não só, significam que se deve levar em conta um vasto leque de variáveis caso se pretenda enunciar uma qualquer relação de causalidade. Mas,

segundo a minha linha de raciocínio, de que serve uma teoria das relações internacionais se, à custa de se abstrair tanto das complexidades da mente humana, deixa de conseguir dizer algo verdadeiramente útil acerca da política? Aron bem pode ser considerado um realista, mas um realista cuja formação e temperamento filosóficos lhe conferiam sabedoria quanto ao significado da dimensão moral da política.

Quando Aron declara que as alternativas da guerra e da paz também elas implicam um sentido de justiça, sugere, por conseguinte, não ser possível teorizar acerca das relações internacionais sem também examinar a concepção da justiça de um dado Estado, ou, por outras palavras: é preciso olhar para os regimes internos dos grandes poderes assim como para a(s) concepção(ões) da justiça e legitimidade que prevalecem no sistema internacional. Daí Aron dedicar tanta atenção ao que descreve como sistemas «homogéneos» e «heterogéneos»: o primeiro ocorre quando os grandes poderes partilham regimes e concepções políticas semelhantes, o segundo quando os regimes se «organizam em função de diferentes princípios e advogam valores contraditórios» (100/108). Em virtude do facto de estados num sistema internacional homogéneo partilharem os mesmos princípios gerais de legitimidade, tais sistemas *tendem* a exibir maior estabilidade, a limitar a violência quando ocorre, a ser mais previsíveis quanto às suas tradições políticas e aos seus códigos de conduta diplomáticos, a enveredar por comportamentos competitivos senão mesmo *hostis* sem degenerarem em ódio pelo rival ou adversário. «A heterogeneidade do sistema produz o oposto»: instabilidade, aumento da violência, incerteza, e ódio entre os estados inimigos (100-101/108-110). A configuração da relação de forças, embora seja indubitavelmente uma variável essencial para a compreensão de qualquer sistema internacional, não pode ser divorciada dos fins e objectivos perseguidos pelos estados, e estes dependem de forma decisiva das características do regime do Estado (147-149/154-156). Incidindo a análise ao nível da unidade, Aron consegue evitar três

erros inerentes e que os teóricos que se centram predominantemente em factores sistémicos tendem a cometer. Em primeiro lugar, os estados têm muito mais capacidade para influenciar a dinâmica do sistema do que o sistema tem para afectar o seu comportamento. Tal como o nota Aron (porventura, pensando na Alemanha de 1933), «em cada período, os principais actores determinaram o sistema mais do que foram determinados por ele. Uma alteração de regime dentro de um dos poderes predominantes é suficiente para alterar o estilo e, por vezes até, o curso das relações internacionais» (95; cf. 95-99, 140 e segs./104; cf. 104-108, 148 e segs.). Em segundo lugar, a manutenção do sistema ou dos sistemas de «equilíbrio» não constitui o objectivo exclusivo ou primário dos poderes no seio desse sistema. Pode parecer uma consideração prudente, mas talvez à excepção da Grã-Bretanha, o objectivo de «manutenção» ou «salvaguarda ou funcionamento do sistema é voltar, por um caminho tortuoso, ao erro de certos teóricos da “power politics”: para baralhar o cálculo dos meios ou o contexto de uma decisão com o objectivo propriamente dito» (130-131; cf. 128-136, 146-149/139-140; cf. 137-144, 154-156). Por fim, em terceiro lugar, independentemente do sistema – quer seja bipolar ou multipolar – ambos podem levar a hostilidades e guerra, e ambos são capazes de induzir equilíbrio. Aron não nega que cada sistema tende a exibir características específicas, o que trata ao longo do capítulo 5. Porém, nenhum sistema é por inerência mais belicoso ou pacífico que outro, e, portanto, a dinâmica de um sistema particular não pode ser previamente determinada de forma rígida por uma teoria (146-149/154-156).

A importância crítica dada ao regime (ou a análise ao nível da unidade) faz com que a teoria das relações internacionais de Aron se aparente mais ao pensamento político clássico de um Aristóteles que de muitos outros teóricos contemporâneos. Aliás, Daniel Mahoney observou com propriedade que Aron, tal como Aristóteles e os filósofos clássicos em geral, entende existir uma «interligação necessária» entre os dois subcampos supostamente distintos da ciência política, i.e., entre relações internacionais e política comparada. «O pensamento dos homens de Estado acerca das relações internacionais e das formas como cada regime afecta o modo de operar dos estadistas dentro de um ambiente internacional ainda que anárquico.»¹¹ Este elo indissolúvel entre política comparada e relações internacionais torna-se ainda mais evidente, senão mesmo imprescindível, ao abrigo da abordagem metodológica de Aron: a sociologia histórica. Para Aron, a característica distintiva da sociologia histórica prende-se com a ênfase colocada no «estudo comparativo», para evocar um método de investigação que tenta isolar e evidenciar relações causais probabilísticas graças à comparação rigorosa dentro e através de diferentes períodos históricos. A esse respeito, o sociólogo histórico deve continuamente mover-se da frente para trás e de trás para a frente, entre uma análise das determinantes estruturais do comportamento (i.e., as causas sistémicas macro ou sociológicas que exercem uma influência sobre a política internacional) e o estudo concreto de uma dada constelação diplomática (i.e., as causas micro ou históricas ou ao

nível da unidade que influenciam o processo de decisão). Aron nota que os teóricos que se concentram predominantemente nesses primeiros factores, negligenciando os segundos, incorrem em dois erros interligados: «[...] tendem a estabelecer “causas” onde, na melhor das hipóteses, existem tendências, e não consideram todos os factores envolvidos, empolando contudo a influência daquelas que retiveram.» Poder-se-á dizer que uma das grandes virtudes da sociologia histórica é a de obrigar um teórico a levar devidamente em conta e a ponderar a perspectiva política autêntica desses actores cujas decisões constituem o objecto de investigação teórica ou científica. Os teóricos devem, sem dúvida, abster-se de privilegiar o nível de análise micro ao ponto de excluírem tudo o resto, sob pena de negar a existência de padrões comportamentais recorrentes e sistémicos. Mas o maior problema ou tentação que Aron verificou na sua época prende-se com o facto de os teóricos tenderem a ignorar ou minimizar aquilo que os próprios actores históricos disseram e o que os influenciou a agir num determinado sentido. E, uma das mais importantes chaves para desvendar estas influências na sua plena magnitude advém frequentemente da compreensão do regime que os próprios actores escolheram, em consciência, servir ou defender.

«Os homens que fazem política constroem o seu pensamento em referência a um certo sistema de valores, à concepção da sua comunidade e do mundo que reflecte a individualidade especial da nação. É perfeitamente legítimo – e mesmo necessário – determinar, para cada conjunto de circunstâncias e cada país, o sistema ideológico que os decisores políticos perfilham e as influências, sob a forma de tradição e opinião pública, a que estão sujeitos.»¹²

Muito mais se poderia dizer acerca das demais contribuições sobre teoria das relações internacionais de que Aron foi o mentor – rebentam literalmente página após página ao longo de *Paz e Guerra*. Apesar de tudo, podemos concluir brevemente o seguinte: Aron sabia que, quer um teórico o admita quer não, qualquer empreendimento teórico contém certas conclusões normativas (575/563). Aron era suficientemente honesto e diligente para declarar sem rodeios as suas, na parte IV do seu livro, intitulada «Praxeologia.» As conclusões normativas de Aron – ou a «moralidade da prudência» – emergem da sua tentativa de transcender e, logo a seguir, de moderar aquilo que considerava ser os dois «problemas praxeológicos» com que se confrontam os líderes políticos: o «problema maquiavélico» do recurso legítimo à força (que mais tarde chamará «moralidade do combate») e o «problema kantiano» da segurança colectiva e da paz universal (ou a «moralidade da lei») (577, 608-609/565, 595-596). Nem a moralidade do combate nem a moralidade da lei podem, por si só, conferir a um líder um princípio de conduta diplomático-estratégica consistente e responsável. Por um lado, embora os estados partilhem algumas normas de comportamento e princípios de legitimidade, continuam a reservar-se o direito de usar a força que entendem adequada, e o diplomata que descursa o cálculo

da balança de poderes na esperança de preservar o direito internacional falha a sua missão; por outro, os estados raramente consideram cada recurso às armas legítimo, inclusive conseguiram frequentemente promover e defender objectivos e valores mais elevados. O carácter belicoso da política internacional não pode ser superado, mas apenas moderado, não decorrendo essa moderação nem do oportunismo, desgarrado da reflexão sobre princípios e objectivos mais elevados, nem da demanda de convicções acalentadas por uma só mente, desgarradas de considerações sobre as consequências das ditas acções. Só uma moralidade da prudência pode considerar e ponderar ambas essas antinomias, sobretudo quando se trata de decidir qual o melhor rumo de acção:

«Ser prudente significa: agir em conformidade com uma situação particular e dados concretos, e não em função de um qualquer sistema ou de uma obediência passiva à norma ou pseudonorma; preferir a limitação da violência ao castigo da parte presumivelmente culpada ou à chamada justiça absoluta; estabelecer objectivos concretos e acessíveis cumprindo as leis seculares das relações internacionais em vez de objectivos ilimitados e, porventura, sem sentido, como seja “um mundo seguro para a democracia” ou “um mundo de onde terá desaparecido da ‘power politics’”.» (585/572)

A moralidade da prudência é, desde logo, a moralidade da responsabilidade, e o diplomata prudente é aquele que, ao invés de alguém que age apenas em função de convicções weberianas, leva sempre em consideração as consequências possíveis das suas decisões e age em consonância (634/620). É certo, as observações de Aron acerca da moralidade da prudência ou da responsabilidade são formais: nenhuma avaliação moral concreta pode ser feita salvo se se conhecer o acontecimento em particular assim como os objectivos visados pelos estados envolvidos. No entanto, os muitos juízos políticos de Aron durante a Guerra Fria, e a estratégia prudente que advogou, satisfazem essa forma, e sugerem o modo como avaliaria esses conflitos correntes perante os quais realistas e idealistas vituperam e louvam, alternadamente, as decisões políticas.

A TEORIA DE ARON NO SÉCULO XXI: CONCEPTUALIZAR, COMPREENDER, E RESPONDER AO TERRORISMO

Tal como foi sugerido no início do presente ensaio, é legítimo perguntar se a chamada teoria das relações internacionais da «Guerra Fria» de Aron tem algo a oferecer aos estudantes que pretendem aprofundar o seu legado no século XXI. A melhor forma de responder a essa pergunta é procurar ver se, ou até que ponto, a grande abrangência das conceptualizações teóricas de Aron nos dá pistas para perceber aquele que é sem sombra de dúvida o assunto de política externa mais premente e com o qual os decisores políticos se confrontam hoje em dia: o terrorismo mundial e o fundamentalismo islâmico radical¹³. Os comentários aqui proferidos não têm a pretensão de ser sur-

preendentemente originais nem novos. O meu propósito é, antes, o de procurar demonstrar que o quadro teórico de Aron não só pode incorporar completamente o terrorismo islâmico como ainda sugerir respostas¹⁴. Começemos então por tecer algumas considerações.

Pode-se afirmar que o cunho distintivo do terrorismo prende-se com o facto de as redes terroristas não pertencerem a nenhum Estado. Nas palavras de Tzvetan Todorov, «a violência terrorista tem de ser engendrada não por um Estado ou pelo seu governo, mas por indivíduos ou grupos que não dispõem de qualquer mandato legítimo para fazer uso da violência... O terrorismo é um acto de guerra perpetrado por pessoas sem Estado»¹⁵. Se aceitássemos esta definição sem mais, então Aron pouco teria a dizer sobre a questão do terrorismo, já que *Paz e Guerra* tem por ponto de partida e foco exclusivo as alternativas de paz e de guerra entre unidades políticas organizadas e territoriais (4-18/16-30). Contudo, Aron estava bem ciente que unidades políticas organizadas e territoriais remetem para um «ideal-tipo» weberiano e não para um fenómeno no seu conjunto, e que existem muitas situações de conflito armado em que um ou ambos os contendores não são estados.

«Os casos marginais que podem ou não envolver unidades políticas independentes ou forças militares organizadas não invalidam a definição citada, são uma mera prova da graduação sempre presente no fenómeno social. No limite, a guerra civil e a guerra internacional fundem-se numa só, tal como o confronto entre exércitos e a luta armada de guerrilha. Não devemos descuidar esta nebulosa zona na fronteira – levá-la-emos em linha de conta no decurso das explicações seguintes – mas não nos impede que comecemos por considerar o fenómeno no âmbito do Estado “perfeito”.»¹⁶

O trabalho conceptual de Aron não nega a existência de conflito entre entidades menos organizadas e/ou não-territoriais – pelo contrário, constrói um edifício histórico, da única maneira possível, atendendo, nomeadamente, aos tipos de conflitos armados mais «típicos» ou «perfeitos».

Não obstante estas observações iniciais, a maior pergunta perdura: constituirá a ausência de Estado uma característica distintiva do terrorismo? Creio que Aron teria negado tal asserção, ou tê-la-ia mitigado severamente. Ao examinar os diversos sentidos da palavra «terror», Aron argumenta que tanto os actores estatais como não-estatais poderiam ser considerados terroristas ou recorrer a táticas terroristas.

«Uma acção de violência é rotulada *terrorista* quando os seus efeitos psicológicos são desproporcionados em relação ao seu resultado puramente físico. Nesse sentido, os chamados actos revolucionários indiscriminados são terroristas, tal como o foram os bombardeamentos estratégicos anglo-americanos. A indiscriminação favorece o alastrar do medo, já que ninguém em particular é um alvo, ninguém pode estar a salvo.» (170/176)

À luz desta definição, o facto de um grupo não estar identificado com um Estado não significa que seja forçosamente terrorista – o grupo poderia empregar a resistência não violenta para atingir o seu objectivo e o Estado poderia cruelmente eliminar qualquer um desde que entendesse dele ser simpatizante, quer fosse culpado ou inocente. Tão-pouco significa que todo e qualquer uso da violência seja necessariamente terrorista, mesmo a violência que mata civis inocentes. Aquilo que Aron identifica como sendo a característica distintiva do terrorismo prende-se com uma disjunção ou incongruência fundamental entre os efeitos do medo na psique da população alvo e o dano físico real causado pela acção levada a cabo. Obviamente, as acções rotular-se-iam de terroristas quando são vitimados indivíduos que pouco ou nada têm a ver com o conflito e cuja morte não aproxima suficientemente quem perpetra a acção daquilo que almeja – mas esses não seriam os únicos casos possíveis de terrorismo, tanto teórica como historicamente. Antes de decidir se uma acção é ou foi terrorista, Aron exige que o analista determine concretamente se a acção acarreta «efeitos psicológicos desproporcionados em relação ao seu resultado puramente físico». Claro está, tais determinações podem variar de um analista para outro, no entanto, Aron ajuda-nos a ver que o terrorismo (quanto mais não seja no seu entender) é não tanto um atributo ou uma propriedade de um dado grupo mas, em particular, uma espécie de acção que grupos ou estados podem usar.

Os comentários anteriores sugerem que qualquer tentativa no sentido de determinar se uma acção ou um grupo é terrorista, pressupõe que o analista se concentre em dois factores essenciais: primeiro, que objectivos visam precisamente os terroristas, e, segundo, que meios têm ao seu dispor. Não espanta que sejam esses os factores exactos que Aron usa para entender toda e qualquer conduta diplomático-estratégica, e é a partir daqui que podemos começar a delinear os traços singulares do terrorismo radical islâmico (cf. 21, 30, 47-48, 71-72/33, 42, 58-59, 81-82).

Relativamente aos objectivos de alguém como Osama bin Laden, o entendimento moral que Aron confere às relações internacionais desempenha uma função de extrema utilidade: obriga o teórico a salientar a dimensão genuinamente religiosa desse tipo de terrorismo. A Al-Qaida é movida por um zelo religioso perverso

mas aparentemente genuíno, e os seus princípios morais e ideias religiosas devem ser apreendidos no intuito de se compreender os objectivos que pretendem alcançar, sejam a restauração do antigo califado, a expulsão dos Estados Unidos da Arábia Saudita, o derrube de regimes corruptos no Médio Oriente e/ou a destruição do Ocidente e de Israel. Quanto aos meios, Aron está mais inclinado para se centrar naqueles que considera serem as duas revoluções mais relevantes da era pós-Guerra Fria: a extensão do campo diplomático à escala mundial e a criação de armas nucleares (ou aquilo que deno-

RELATIVAMENTE AOS OBJECTIVOS DE ALGUÉM
COMO OSAMA BIN LADEN, O ENTENDIMENTO
MORAL QUE ARON CONFERE ÀS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DESEMPENHA UMA FUNÇÃO
DE EXTREMA UTILIDADE: OBRIGA O TEÓRICO
A SALIENTAR A DIMENSÃO GENUINAMENTE
RELIGIOSA DESSE TIPO DE TERRORISMO.

mina mais simplesmente armas de destruição em massa) (371/369). As redes terroristas modernas conseguem utilizar instituições financeiras e telecomunicações, o que lhes permite ter um alcance verdadeiramente global quando se trata de difundir a sua propaganda, de financiar as suas operações, e de comunicar internamente. Além disso, o arsenal de armamento de que dispõem vai muito além da metralhadora e da granada: pela primeira vez na história, terroristas têm potencial suficiente para provocar a destruição a uma escala realmente monstruosa. Em suma, um grupo terrorista é aquele cujas acções violentas têm um efeito psicológico aterrador sobre qualquer inimigo, sem qualquer correspondência com o dano físico infligido, e aquilo que distingue o terrorismo radical islâmico são os objectivos religiosos que promove e a sua infra-estrutura mundial e as armas agora ao seu dispor¹⁷.

Ao distinguir o terrorismo islâmico em função dos objectivos que visa e dos meios que usa, Aron ajuda-nos a tirar algumas conclusões iniciais importantes, embora tremendas. Não será despiendo atender aos seus comentários quando analisa como determinadas considerações políticas limitaram as opções militares da França contra a FLN na Argélia:

«Na história moderna da Europa, raras são as circunstâncias em que os líderes foram livres de fazer tudo aquilo que entendiam ser tão eficaz quanto útil ao nível estritamente militar. Que generais tenham de renunciar a certas acções em virtude da legalidade internacional, em relação a aliados ou partes neutrais, é a regra e não a excepção.» (38/50)

Estes comentários poder-se-iam aplicar aos Estados Unidos e seus aliados, já não a este tipo específico de terrorismo: enquanto os EUA estão claramente condicionados quanto às armas que podem usar e aqueles que têm na mira, essas mesmas restrições não se aplicam à Al-Qaida. Para começar a perceber e levar a sério as ideias religiosas e morais da Al-Qaida é preciso confrontá-las fazendo pouco caso das distinções entre combatentes e não-combatentes, soldados e civis, culpados e inocentes, alvos legítimos e ilegítimos: todos são igualmente condenáveis, e todos são potenciais vítimas, independentemente do local onde estejam. Portanto, os meios a que esse grupo terrorista pretenda recorrer, abarcam todo e qualquer meio hoje ao seu dispor. Por outras palavras, uma das características singulares da Al-Qaida prende-se não-somente com o seu potencial em adquirir armamento de destruição em massa (comentário que se poderia aplicar a praticamente todas as redes terroristas no mundo de hoje), mas também com a sua pretensão activa nesse sentido (o que já não se aplica a todo e qualquer grupo terrorista). Digamo-lo sem rodeios, aquilo que outrora se chamava o «tabu nuclear» já não é considerado como tal por um dos combatentes. Durante a Guerra Fria, o interesse comum em prevenir a aniquilação nuclear moderou (até certo ponto) a aguda luta ideológica entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética, por isso Aron chamava aos dois oponentes «irmãos inimigos»: inimigos na medida em que se armavam para a guerra, irmãos na medida em que jamais queriam travar essa guerra (407, 428, 536 e seg., 569-570, 637,

648-649/403, 424, 527 e segs., 557-558, 623, 633-634). Hoje, a existência de armas nucleares tem justamente o efeito inverso, uma vez que todo o sentido de «fraternidade» foi posto de lado: uma parte possui esse armamento mas acaba por ser incapaz de o usar, e a outra tem vontade de o usar mas é incapaz de o adquirir (até à data). Em síntese, os objectivos específicos desta rede terrorista, em particular, permitem-lhe gozar de uma enorme flexibilidade quando se trata de alvos e meios ao seu alcance, porém alvos e meios que não teremos ao nosso alcance. Deslindar a resposta política e militar adequada é com certeza o aspecto mais essencial e difícil (cf. 282-284/285-287)¹⁸.

Tendo estas reflexões em mente, estamos agora melhor apetrechados para aferir até que ponto a «ausência de Estado» é uma característica distintiva do terrorismo. Em vez de afirmar que a ausência de Estado é uma característica distintiva do terrorismo, julgo que Aron argumentaria que a ausência de Estado dá aos terroristas vantagens táticas ímpares em relação a unidades políticas organizadas e territoriais – e particularmente medonhas. Em primeiro lugar, deve ser quase impossível destruir por completo um grupo terrorista, pelo menos a curto prazo. Se a França foi incapaz de interromper as actividades da FLN na Argélia, será então realista esperar que um grupo que possui células terroristas espalhadas por todo o lado, da Alemanha à Indonésia passando pelo continente africano, possa ser desmantelado no intervalo de meses ou anos, ou mesmo décadas? Em segundo lugar, grupos como a Al-Qaida têm vantagens significativas quando está em causa a «guerra de relações públicas». De cada vez que terroristas conseguem levar a cabo um ataque, podem legitimamente clamar «vitória» mostrando a impotência dos estados alinhados contra eles. Tal como Aron mostrou no tocante à Argélia, tudo aquilo que a FLN teve de fazer para «vencer» aquele conflito foi «não perdê-lo». Não tendo a FLN hipótese nenhuma de destruir a França, a sua estratégia consistiu, em parte, em evitar que a própria Frente fosse aniquilada; ao longo do tempo, apercebeu-se acertadamente que a França se iria simplesmente cansar, exaurindo-se num demorado conflito que nunca (os franceses) poderia(m) esperar vencer (30-36/42-48). De igual modo, enquanto a Al-Qaida continuar a lançar com êxito ataques contra qualquer um dos seus inimigos, poderá clamar de forma plausível algum tipo de vitória, pelo menos no sentido de demonstrar que aqueles estados que não conseguem garantir a segurança dos seus cidadãos – e essa tarefa é-lhes facilitada por serem um alvo «movediço» (um grupo sem Estado) que tem a capacidade de atingir qualquer número de alvos «fixos» (estados territoriais). Por fim, e em terceiro lugar, enquanto a Al-Qaida conseguir ou se contentar em cumprir alguns dos seus objectivos, mantendo o seu carácter não-estadual, é difícil vislumbrar quando – ou se – haverá um ponto final a essa espécie de terrorismo. Aron nota que o terrorismo acabou na Argélia a partir do momento em que a FLN cumpriu o seu objectivo de tornar o país num Estado independente. Nessa perspectiva, os objectivos da Al-Qaida não são apenas nacionalistas mas muito mais vastos, destrutivos, e de inspiração religiosa, daí ser incerto que se ponha cobro ao terrorismo, salvo se um dos contendores envolvidos nessa guerra capitular ou for destruído.

Até aqui, concentrámo-nos sobre o modo como Aron poderia ter procurado conceptualizar o terrorismo islâmico, mas também nos podemos socorrer da sua teoria – em especial das suas conclusões normativas – para discernir alguns dos desafios singulares com que se deparam os Estados Unidos e os seus aliados quando se trata de architectar uma resposta política adequada. Inquestionavelmente, a primeira tarefa que Aron entende

A PRIMEIRA TAREFA QUE ARON ENTENDE
NECESSÁRIO LEVAR A CABO É AQUELA A QUE ELE
PRÓPRIO SE DEDICAVA QUANDO SE DEPARAVA COM
UM PROBLEMA NOVO E QUE NÃO LHE ERA FAMILIAR:
TEMOS DE NOS INFORMAR ACERCA DAS SUAS
VERDADEIRAS CARACTERÍSTICAS
E COMPLEXIDADES.

necessário levar a cabo é aquela a que ele próprio se dedicava quando se deparava com um problema novo e que não lhe era familiar: temos de nos informar acerca das suas verdadeiras características e complexidades. A esse respeito, Aron sugere que o uso da sociologia histórica permite trazer à superfície o carácter singular, moral e religioso, deste tipo de terrorismo. Análise

que inclui, sem a isso estar limitada, a compreensão: das balizas filosóficas patentes em escritos, crenças e pronunciamentos da Al-Qaida; dos líderes religiosos e políticos que admiram e que lhes servem de modelo; a história política e religiosa do Islão e do antigo califado, assim como a ascensão e queda do depesto regime taleban; e, por fim, do próprio Alcorão. Não se trata de efectuar um mero exercício académico. Bem pelo contrário, Aron tinha a clara noção da importância de se estar cabalmente informado quanto à forma como um nosso adversário vê o mundo. Comentando as acções da América depois de concluídas as duas guerras mundiais, Aron lançou um alerta:

«Não basta determinar o objectivo, o aliado, o inimigo, para se lucrar com a vitória. Se os serviços de inteligência do Estado não determinarem claramente os seus objectivos, nem destrinçarem a verdadeira natureza quer do inimigo quer do aliado, o triunfo pelas armas poderá, apenas acidentalmente, ser uma vitória autêntica, isto é, política.» (30/42)

A partir do momento em que se compreenda o verdadeiro carácter desse grupo terrorista, então cabe a Aron salientar a necessidade de empregar uma retórica prudente e criteriosa para o combater. Ao jeito de um editorialista que ao longo de trinta anos escreveu perto de quatro mil artigos sobre a política contemporânea, Aron estava bem ciente da necessidade e do poder da retórica, e usou os seus prodigiosos talentos para promover a harmonia cívica, mostrando à França aquilo que era do seu próprio interesse, por mais que isso custasse a aceitar a algumas pessoas. No caso da Argélia, por exemplo, Aron afirmou repetidamente que a independência era inevitável, e que a França tinha de sair da guerra sem delongas. A Argélia já não era um activo colonial mas sim um pesado passivo, e instava os dirigentes políticos e o público para que reconhecessem esse facto e adoptassem aquilo a que chamou «abandono heróico». Embora não possamos afirmar com toda a segurança aquilo que Aron nos aconselharia em relação ao terrorismo,

parece que hoje prevalece a situação inversa: a necessidade de adoptar um «empenhamento heróico». Precisamente porque os terroristas são, até certo ponto, capazes de «vencer» esta guerra pelo simples facto de «não [a] perderem», recai sobre os líderes políticos a árdua tarefa de empregar uma retórica que combine incentivo e esperança com uma clara compreensão do carácter ímpar e demorado deste conflito. É preciso fazer com que o público tome consciência de que esta batalha poderá continuar por muitos anos, senão mesmo décadas, e que os políticos que formulam promessas arrebatadoras quanto a uma vitória célere e decisiva são simultaneamente irrealistas e profundamente irresponsáveis: tal como a Al-Qaida o tem vindo a demonstrar, prefere esconder-se e esperar pacientemente que o inimigo baixe a guarda antes de voltar a atacar. Perseverança, fervor, rápida capacidade de recuperação, são alguns traços de carácter que é necessário inculcar e saber praticar nos dias de hoje, qualidades já de si difíceis de cultivar quanto mais de manter no tempo longo.

A importância relativa do emprego da retórica certa pode parecer um assunto de somenos – até nos apercebermos da relação que Aron estabelece entre essa dimensão e a forma de aferir o poder do Estado, tanto em termos ofensivos como defensivos. Ao mais alto nível de generalização, o poder de uma unidade política é determinado pelos seus território, recursos e capacidade colectiva de acção (54/65). Aron mostra que os dois primeiros factores podem ser medidos em termos mais ou menos objectivos, e, sob esse prisma, resalta óbvio que os Estados Unidos superam a Al-Qaida em poderio económico e militar. O problema diz respeito à forma de medir o terceiro elemento, e especialmente no longo prazo (cf. 48/59). É incontestável que os EUA e a coligação de soldados no Afeganistão e no Iraque deram mostras de coragem e auto-sacrifício notáveis, a questão agora consiste em saber por quanto tempo os EUA e os seus aliados estão dispostos a prosseguir a guerra contra o terrorismo, mantendo o seu empenho com o mesmo grau de tenacidade e vigor. É aqui que a retórica desempenha um papel charneira: por um lado, a retórica pode fazer apelo a recursos espirituais até então inexplorados, e pode endurecer a capacidade de decisão de um Estado quando confrontado com um futuro perigoso e incerto. Por outro lado, a retórica pode facilmente invocar esperanças e expectativas que são tudo menos viáveis, e que, em última instância, contaminam um país com sentimentos de desilusão, derrotismo ou complacência. Por outras palavras, a retórica pode ajudar a sustentar ou abalar o elemento necessário de auto-sacrifício que qualquer guerra acarreta e que tanto determina a capacidade colectiva de um Estado para a acção. A retórica pode inclusivamente ser tão ou mais importante na determinação dessa capacidade quanto maior forem o território e os recursos do Estado; embora um país mais desenvolvido venha a ter maiores recursos de mobilização, a sua riqueza poderá revelar-se num passivo escondido, sobretudo perante uma guerra prolongada. E, Aron observa:

«Em tempo de guerra, o grau de mobilização é essencialmente função da capacidade administrativa, mas também, em parte, da aceitação do sacrifício por parte da população. Para

além de um certo patamar, o esforço de guerra não pode ser aumentado salvo se se reduzir o nível de vida da população civil. Até onde pode chegar essa redução sem afectar o estado de ânimo? A essa questão não se pode responder de forma generalizada. Parece, contudo, que as populações acostumadas a baixos níveis de vida aceitam mais facilmente privações do que aquelas habituadas a padrões de vida mais altos, o que tende a inverter a proposta puramente teórica: a margem de mobilização é directamente proporcional ao nível de vida. Em moldes abstractos, o fosso entre a condição actual das populações e o mínimo incompressível é superior nos países ricos em relação aos países pobres, os primeiros nem sempre podem passar sem aquilo que os segundos classificam de supérfluo.» (63/73)

PARA CONCLUIR

Os comentários anteriores procuraram delinear uma análise de inspiração aroniana acerca do mundo após o 11 de Setembro. É evidente que não podemos ir procurar à obra de Aron respostas directas para os problemas políticos que flagelam o nosso século. Porém, *Paz e Guerra* continua a interpelar o nosso tempo, fornecendo-nos quer os parâmetros básicos quer as ferramentas conceptuais que qualquer análise rigorosa acerca do século XXI deve incluir: o risco de guerra pressupondo o cálculo dos meios e fins; o poder das ideias, sejam elas políticas ou religiosas, enformando a dialéctica das relações internacionais; o estudo dos principais actores do sistema internacional à luz do regime; a sociologia histórica para identificar características distintivas e variáveis relevantes do sistema objecto da pesquisa; e, por fim, as implicações normativas da análise. O magistral estudo da política internacional levado a cabo por Aron fez indubitavelmente isso tudo e muito mais, e foi este quadro teórico que ajudou a dar forma às suas prudentes advertências políticas no decurso da Guerra Fria. Ao fim e ao cabo, talvez seja Aron quem formula com maior vigor as dinâmicas políticas que iremos testemunhar no século XXI. Em *Le Grand Schisme*, Aron descreve as dialécticas emergentes no mundo da Guerra Fria nos termos seguintes: *paix impossible, guerre improbable* – «paz impossível, guerra improvável». Considerando os objectivos e meios ao dispor dos terroristas islâmicos, seríamos compelidos a concluir: *paix impossible, guerre garantie* – «paz impossível, guerra garantida». RI

TRADUÇÃO: PATRÍCIA ROMAN

* Este texto foi originalmente apresentado na Conferência «Raymond Aron: Um Intelectual Comprometido», organizada pelo IDN e IPRI – UNL, Lisboa, 14-15 de Abril de 2005.

1 HALL, John – *Diagnoses of Our Time: Six Views on Our Social Condition*. Londres: Heinemann Educational Books, 1981, p. 164. Mau grado a resposta avassaladoramente positiva de que foi alvo aquando da sua publicação em França, em 1962, na América do Norte foi acolhido com posições mais partilhadas. Para uma síntese das respostas tanto francesa como americana, veja-se COLQUHOUN, Robert – *Raymond Aron: The Sociologist in Society, 1955-1983*, vol. 2. Londres: SAGE Publications, 1986, pp. 191-197. Para uma apreciação do próprio Aron quanto ao mérito da obra, veja-se as suas *Mémoires: 50 Ans de Réflexion Politique* (Paris: Julliard, 1983), que voltaram a ser recentemente publicadas com um prefácio de Tzvetan Todorov (Paris: Robert Laffont, 2003), pp. 451-59.

2 HOFFMANN, Stanley – «An American Social Science: International Relations». In *Daedalus* 106, n.º 3, Verão de 1977, p. 45.

3 Cf. ARON, Raymond – *Thinking Politically: A Liberal in the Age of Ideology*, trad. James e Marie McIntosh, introd. Daniel J. Mahoney e Brian C. Anderson. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1997, pp. 253-254. Porventura surpreendentemente, é conveniente notar que o grosso de outras partes da volumosa obra de Aron continuam a ter muitos leitores, tanto na América do Norte como em Inglaterra, na Europa Ocidental, e, mais recentemente, na Europa Central e Oriental, onde muitas das suas obras estão a ser traduzidas.

4 BAVEREZ, Nicolas & MANENT, Pierre (entrevista) – «Raymond Aron: Political Liberalism, Civic Passion, and Impartial Judgement». In *Society* 41, n.º 3, Março-Abril de 2004, p. 17. Convém salientar que Bavez não admite que Aron não tenha nada a ensinar-nos hoje, tal como se confirma pela entrevista. Na frase imediatamente subsequente àquela supracitada, Bavez prossegue: «Quanto ao mais, abarcava tudo: a ascensão do nazismo e do estalinismo – em suma, a ascensão dos totalitarismos –, tirando, tanto nos planos pessoal como intelectual, as devidas conclusões.» Um pouco mais adiante na mesma entrevista, Bavez acrescenta: «Seguramente, o mundo de hoje é diferente daquele que Aron conheceu. Porém, as questões fundamentais que colocou – as contradições no quadro da liberdade moderna, a fragilidade das instituições democráticas, a regulação do sistema de mercado, a combinação da guerra e da paz – ainda continuam presentes.»

5 MAHONEY, Daniel J. & ANDERSON, Brian C. – «Introdução» para a edição em referência de ARON, Raymond – *Peace and War: A Theory of International Relations*, trad. Richard Howard e Annette Baker Fox. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2003, p. xi. Todas as páginas de *Peace and War* citadas no presente ensaio correspon-

dem à edição da Transaction, seguidas das páginas correspondentes na 5.ª edição francesa, *Paix et Guerre entre les Nations* (Paris: Calmann-Lévy, 1962). Todas as palavras realçadas nas citações constam do original.

6 Cf., por exemplo, *Peace and War*, pp. 83-84, 111-124, 554-572, 703-736, 743-749/92-93, 119-132, 544-559, 691-722, 729-734, assim como *Memoirs*, p. 298.

7 ARON, Raymond – *On War*, trad. Terence Kilmartin. Nova York: W. W. Norton, 1968, pp. 117-118.

8 Para uma apreciação bastante recente do entendimento de Aron quanto aos limites da teoria, cf. ELSHAIN, Jean Bethke – «International Politics and Political Theory». In *International Relations Theory Today*, eds. Ken Booth e Steve Smith. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1995, pp. 274-278.

9 Partilhará seguramente muito mais do realismo clássico do que com o chamado neo-realismo – e o mais conhecido neo-realista concordaria com certeza. Em *Theory of International Politics* (Nova York: Random House, 1979), pp. 43-49, assim como em «Realist Thought and Neorealist Theory», *Journal of International Affairs* 44, n.º 1 (Primavera de 1990), pp. 21-37, Kenneth Waltz contrapõe de forma contundente o seu entendimento da teoria de Aron. Para dissipar dúvidas, tanto Waltz como Aron consideram o sistema internacional anárquico e a distribuição das capacidades ou forças uma variável essencial. Mas as semelhanças ficam-se por aqui, focando-se Aron num grande número de outros factores (talvez um dos mais notórios seja o carácter dos regimes das maiores potências).

10 Convém salientar, todavia, que esta apreciação sobre o papel desempenhado pela moralidade nas relações internacionais nunca leva Aron a transformar-se num moralista enfadonho, seja no sentido de um internacionalismo wilsoniano, teimando que os estados agem em conformidade com o direito internacional, ou de um activismo antiglobalização, exigindo a eliminação do capitalismo e corporativismo empresarial. É indubitável que Aron deplora a ilegalidade e a opressão, a violência e a duplicidade, mas também sabia perceber que, sendo os seres humanos e os estados o que são por natureza, é amiúde preciso recorrer à violência e à duplicidade para prevenir a ocorrência de males ainda maiores. Com efeito, Aron reconhece que essa moralização tinha frequentemente por consequência não intencional suscitar o acontecimento precisamente censurado pelo moralizador (cf. pp. 111 e segs./119 e segs.). Pode-se dizer que Aron era suficientemente realista para não se tornar moralizador, mas moralista quanto baste para distinguir a parte realista da moralidade envolvida nas relações internacionais.

11 MAHONEY, Daniel J. – *The Liberal Political Science of Raymond Aron*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1992, pp. 93-96.

12 ARON, Raymond – «Conflict and War». In *The Nature of Conflict: Studies on the Sociological Aspects*. Paris: UNESCO, 1957, pp. 185, 192-194. Note-se que a sociologia histórica tem gozado de uma espécie de revivalismo nos últimos anos, pelo menos segundo Stephen Hobden e John M. Hobson, coordenadores de *Historical Sociology of International Relations* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002), p. ix, cujo volume de ensaios constitui um esforço conducente a «inventariar» esse novo desenvolvimento e apresentar uma espécie de «manifesto» a favor da sociologia histórica em prol de futuras pesquisas. Muito embora sejam boas notícias para a teoria das relações internacionais, é confrangedor verificar que um dos mais persistentes campeões da sociologia histórica seja relativamente ignorado. Apesar de Fred Halliday («For an International Sociology», pp. 244-248) ter a clara noção dos primeiros e mais remotos contribuidores de Aron nesse campo e de se revelar impressionado em virtude disso, das raras vezes em que Aron é citado no livro é [creio eu] numa nota de rodapé onde a questão da sociedade transnacional é discutida (cf. Andrew Linklater, «Towards a Critical Historical Sociology of Transnational Harm», p. 169, nota 8). Se me é permitida a formulação de uma hipótese, eu diria que talvez isso se deva ao facto de os coordenadores da edição pretenderem usar a sociologia histórica «como meio para repensar teorias e equacionar a análise do presente, e, assim, reconfigurar a agenda da investigação em relações internacionais» (p. 5). Nesse sentido, parecem estar interessados em equacionar várias premissas comuns subjacentes à teoria das relações internacionais tal como é geralmente aprendida e ensinada, o que implica questionar as premissas-chave e as crenças do realismo clássico, em geral, e, por conseguinte, as de Aron, em particular (pp. 13-20, 265-271). Por outras palavras, as conclusões que Aron tirou aplicando a sociologia histórica poderão ser precisamente aquelas que os coordenadores dessa edição e outros pretendem equacionar ou reinterpretar seja qual for a perspectiva da sociologia histórica a que cheguem (pp. 20-41, 279-285). Mas, lá está, só nos é permitido formular a hipótese, porque noutros trechos os mesmos dão conta da sua insatisfação perante abordagens actuais à teoria das relações internacionais, assemelhando-se notoriamente a Aron (e.g., pp. 43-45 e segs., 58, 275-276).

13 No seguimento, irei focar a minha atenção apenas sobre Osama bin Laden e a Al-Qaida, e a ameaça que constituem para os Estados Unidos, em particular, e para o Ocidente, em geral. Ressalta óbvio que outras organizações terroristas terão metas e estratégias substancialmente diferentes.

14 Embora Aron nunca dê [tanto quanto me tenha apercebido] uma conceptualização pormenorizada e esquemática do terrorismo enquanto tal, e embora possa não ter previsto a ascensão do fundamentalismo islâmico, estava certamente familiarizado tanto com o terrorismo como com o Islão tendo em conta as suas extensas meditações sobre a guerra da Argélia e a Frente de

Libertação Nacional (FLN) em obras como *La Tragédie algérienne* (Paris: Plon, 1957) e *L'Algérie et la République* (Paris: Plon, 1958).

15 Tzvetan Todorov, *Hope and Memory: Lessons from the Twentieth Century*, trad. David Bellos (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003), p. xvi.

16 ARON, Raymond – «Conflict and War», p. 181. A referência remete para a definição

segundo a qual a guerra seria «um conflito armado entre duas unidades políticas independentes, por intermédio de forças militares organizadas, com vista a uma política tribal ou nacional.»

17 Cf. ARON, Raymond – «The Anarchical Order of Power». In *History, Truth, Liberty. Selected Writings of Raymond Aron*, ed. Franciszek Draus. Chicago, University of Chicago Press, pp. 257-261.

18 Claro está, é óbvio que os Estados Unidos acreditavam que o terrorismo punha em perigo a sua própria existência, daí que os dirigentes e o público estivessem certamente inclinados para usar meios muito mais extremos no sentido de erradicar essa ameaça.